

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Abril/2018

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Legislativo – Área Instalações, Equipamentos,
Ocupação e Ambientação de Espaço Físico
Especialidade Arquitetura**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'D04', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso****INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte – parte do prefácio de um livro de sociologia em que o autor se dedicou ao estudo da cultura popular.

[Linguagens e culturas]

Este livro estuda as modificações que se deram na cultura das classes populares ao longo das últimas décadas, de modo especial aquelas que podem ser atribuídas à influência das publicações de massa. Creio que obteríamos resultados muito semelhantes caso tomássemos como exemplos algumas outras formas de comunicação, como o cinema, o rádio ou a televisão.

Penso que tenho sempre tentado dirigir-me principalmente ao “leitor comum” sério ou “leigo inteligente” de qualquer classe social. Não significa isto que eu tenha tentado adotar qualquer tom de voz específico, ou que tenha evitado o uso de quaisquer termos técnicos, para só empregar expressões banais. Escrevi tão claramente quanto o permitiu a minha compreensão do assunto, e apenas usei termos técnicos quando me pareceram susceptíveis de se tornarem úteis e sugestivos.

O “leigo inteligente” é uma figura vaga, e a popularização uma tarefa perigosa; mas parece-me que aqueles de nós que consideram uma urgente necessidade escrever para ele devem continuar a tentá-lo. Porque um dos mais nefastos aspectos da nossa condição cultural é a divisão entre a linguagem dos peritos e o nível extraordinariamente baixo daquela utilizada nos órgãos de comunicação de massa.

(Adaptado de: HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Trad. de Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1973.)

1. Ao introduzir um livro no qual estudará o efeito das publicações de massa sobre a cultura das classes populares, o autor preocupa-se, inicialmente, com
 - (A) a complexidade do tema, cuja importância pode até mesmo ser menosprezada por algum leitor preconceituoso, algum “leigo inteligente”.
 - (B) a complexidade da linguagem a utilizar, uma vez que buscará evitar tanto uma terminologia técnica como expressões excessivamente simplificadoras.
 - (C) as controvérsias envolvidas na discussão do tema, divididas entre referendar ou negar o fenômeno de uma cultura de massa que seja autêntica.
 - (D) as controvérsias decorrentes de uma posição política extremada, pela qual se nega qualquer influência entre diferentes áreas da cultura.
 - (E) as polêmicas que levantará, entre leitores leigos, uma linguagem fatalmente limitada pelo apuro de uma terminologia técnica.
2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que
 - (A) os dois casos de emprego das aspas (2º parágrafo) justificam-se pelo fato de buscar o autor a criação de um efeito de sentido altamente irônico.
 - (B) o segmento *resultados muito semelhantes* (1º parágrafo) deixa ver que o autor está se referindo a pesquisas que ele já realizou, com conclusões taxativas.
 - (C) o segmento *tão claramente quanto o permitiu* (2º parágrafo) ressalta a fatalidade de escrever um livro para leigos numa linguagem inevitavelmente imprópria.
 - (D) a frase *e a popularização uma tarefa perigosa* (3º parágrafo) faz subentender a forma verbal *é* da frase anterior.
 - (E) o pronome sublinhado no segmento *continuar a tentá-lo* (3º parágrafo) faz referência a “leigo inteligente”, no início do período.
3. Ao optar precisamente pelo nível de linguagem que adotou em seu livro, o autor manifesta a esperança de que
 - (A) a supressão de qualquer terminologia técnica faça com que seu tema fique mais preciso para os responsáveis pelas publicações de massa.
 - (B) o “leitor comum” ou mesmo o “leigo inteligente” sejam capazes de compreender o rigor com que os termos técnicos foram multiplicadamente empregados.
 - (C) o uso incontornável de esporádicos termos especializados acabe por fazê-los compreensíveis e proveitosos para o leitor comum.
 - (D) a adesão a uma terminologia altamente técnica redunde em algum benefício para os leitores mais afeitos às questões a serem analisadas.
 - (E) a profundidade de sua análise sociológica compense o esforço que o leitor haverá de fazer para absorver toda a terminologia técnica.



4. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) As modificações da cultura popular (**constituir**) o centro da preocupação desse livro de Richard Hoggart.
 - (B) O autor do livro deseja que a linguagem de seus estudos (**propiciar**) aos seus leitores revelações sobre a cultura das classes populares.
 - (C) A popularização preocupa o autor porque muitos estudos se tornam simplórios devido à simplificação excessiva a que se (**submeter**).
 - (D) O pesquisador acredita que um dos mais negativos aspectos da nossa civilização está no abismo que (**permear**) as linguagens.
 - (E) Quem estuda os diferentes níveis de manifestações culturais propõe-se a reconhecer os distintos valores com os quais se (**instituir**) uma cultura complexa.
-
5. Há construção na **voz passiva** e adequada correlação **entre os tempos verbais** na frase:
- (A) Resultados muito semelhantes ao dessa pesquisa seriam encontrados caso o foco de análise incidisse sobre outros meios de comunicação.
 - (B) Essa pesquisa teria chegado a resultados semelhantes desde que o foco não deixe de incidir sobre a linguagem dos outros meios de comunicação.
 - (C) Dispondo-se a vir fazer uma boa análise de outras formas de comunicação, o pesquisador terá encontrado resultados semelhantes.
 - (D) Quando outras análises incidirem sobre outros meios de comunicação, seria possível chegar a resultados não muito diferentes destes.
 - (E) Por haver-se dedicado sobretudo ao estudo da linguagem da imprensa, o de outros meios de comunicação não foi conclusivo.
-
6. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Ser contra a linguagem excessivamente técnica é uma preocupação desse pesquisador, uma vez que lhe prefere a linguagem mais fluente da fala comum.
 - (B) O autor considera haver um fosso entre a linguagem especialista e a comum, conquanto não confundam-se quando se busca especificá-las.
 - (C) O fato de haver a linguagem dos peritos e a linguagem dos leigos acabam por produzir um atrito de competências e interferindo nas conclusões das pesquisas.
 - (D) Não há razão para se adotar uma linguagem excessivamente técnica, se o interesse maior de uma pesquisa for o de atingir os leigos nela interessados.
 - (E) O fato de se empregar termos abusivamente especializados implica em afastar de uma pesquisa aqueles que, por outro lado, lhe pudessem melhor aproveitar.

Atenção: As questões de números 7 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Juventude e história

Eric Hobsbawm (1917-2012) foi um dos maiores historiadores da era moderna. Longevo, viveu como também sua praticamente toda a história do século XX. É dele este importante fragmento, que vale como uma advertência:

“A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio.”

(Adaptado de: **Era dos extremos** – O breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.)

7. A **advertência** de Hobsbawm, indicada para o fragmento citado, seria a de que
- (A) as experiências valorizadas apenas em seu próprio presente, visto como perpétuo, acabam por desconsiderar todo e qualquer sentido do passado.
 - (B) os historiadores devem reconhecer que sua importância é diretamente proporcional à importância que se dê ao tempo das experiências contemporâneas.
 - (C) o passado público, com seu conjunto de experiências, só terá sentido caso seja compreendida a interpretação que lhes deram os antigos historiadores.
 - (D) os jovens do final do século XX perderam sua relação orgânica com os tempos passados em razão do descrédito em que caíram os historiadores da época.
 - (E) as experiências pessoais só alcançam algum sentido quando o historiador, em função de seu ofício, vincula-as às experiências de um passado mais remoto.



8. Considerando-se o contexto e a construção do texto, observa-se que
- (A) a expressão *como também sua* equipara a experiência de Hobsbawm à dos jovens do final do século.
 - (B) a objetividade de um historiador não exclui toda e qualquer valoração subjetiva, como no caso do emprego do adjetivo *lúgubres*, aplicado a *fenômenos*.
 - (C) os travessões empregados no fragmento citado têm por função enfatizar uma **contradição** nos argumentos levantados pelo próprio autor.
 - (D) o termo *Longevo*, no início de um período do primeiro parágrafo, deve ser entendido como equivalente a ***Para ter vida longa***.
 - (E) o elemento *Por isso*, iniciando o período final do fragmento, refere-se à perda de importância sofrida pelos historiadores contemporâneos.
-
9. No segmento *Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem*, o segmento sublinhado pode ser substituído com correção e coerência por
- (A) de cuja missão propõe-se a lembrar o que é esquecido.
 - (B) em cujo mister consta o de lembrar o esquecido.
 - (C) que têm por propósito reavivar o que é esquecido.
 - (D) de quem o papel é rever o passado esquecido.
 - (E) a cuja responsabilidade está em lembrar o esquecido.
-
10. Está plenamente adequada a **pontuação** do seguinte período:
- (A) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno talvez não pudesse com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
 - (B) Tivesse vivido muito menos, Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico, que batizou como Era dos extremos.
 - (C) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm, esse grande historiador moderno, talvez não pudesse – com a mesma autoridade – dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou: como Era dos extremos.
 - (D) Tivesse vivido, muito menos, Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno, talvez não pudesse, com a mesma autoridade, dar seu testemunho, sobre esse período histórico que batizou – como Era dos extremos.
 - (E) Tivesse vivido muito menos Eric Hobsbawm – esse grande historiador moderno – talvez não pudesse com, a mesma autoridade, dar seu testemunho sobre esse período histórico que batizou como Era dos extremos.
-

Atenção: As questões de números 11 a 14 referem-se ao texto seguinte.

No voo da caneta

Numa das cartas ao amigo Mário de Andrade, assegurava-lhe o poeta Carlos Drummond de Andrade que era com uma caneta na mão que vivia suas maiores emoções. Comentando isso com um jovem aluno, entrevi sua discreta expressão de piedade por aquele poeta sitiado e infeliz, homem de gabinete que não se atirou à vida. Não tive como lhe dizer, naquele momento, que entre as tantas formas de se atirar à vida está a de se valer de uma caneta para perseguir poemas e achar as falas humanas mais urgentes e precisas, essenciais para quem as diz, indispensáveis para quem as ouve, vivas para além do tempo e do espaço imediatos.

(Joelson Figueiredo, inédito)

11. A discreta mas expressiva reação do aluno ao comentário do professor sobre uma confissão do poeta Carlos Drummond de Andrade mostra que o estudante acreditava que
- (A) o sentido da poesia não se confunde com os grandes sofrimentos por que passa um poeta nos combates da vida.
 - (B) o artista é invariavelmente uma pessoa alienada, porque se recusa a experimentar grandes emoções, mesmo as imaginárias.
 - (C) a arte é mais intensa do que a vida, por isso um artista deve entregar-se àquela sem qualquer concessão às circunstâncias da rotina.
 - (D) a expressão literária não traduz emoções verdadeiras, só vivenciadas pelos que se dispõem a enfrentar a força das experiências.
 - (E) o poeta intimidado pela vida é incapaz de registrar suas emoções, uma vez que o talento artístico nasce da coragem pessoal.



12. Considerando-se o contexto, o segmento *entrevi sua discreta expressão de piedade* ganha nova redação, na qual se mantém seu sentido básico, no enunciado
- (A) constatei sua íntima disposição sentimental.
 - (B) percebi seu contido sentimento de adesão.
 - (C) absorvi uma implícita reação de sua nostalgia.
 - (D) dei pela sua reservada impressão solidária.
 - (E) divisei sua refreada manifestação de compadecimento.
-
13. É clara e correta a redação desta nova forma que se deu a uma frase do texto:
- (A) Asseverava-lhe numa de suas cartas o poeta Drummond ao amigo Mário de Andrade de que lhe brotava de uma caneta as mais incedíveis emoções.
 - (B) As máximas emoções imergiam-lhe vivamente de uma caneta a mão, garantia-lhe numa carta a seu amigo Mário de Andrade o poeta Drummond.
 - (C) Confessava Drummond numa carta a Mário de Andrade seu amigo, que imbuía sua caneta às emoções máximas e vívidas que lhe invadiam.
 - (D) Era através de uma caneta, confessava o poeta Drummond numa carta, a seu amigo Mário de Andrade que o tomavam conta as emoções maiores.
 - (E) Numa carta a Mário de Andrade, seu amigo, garantia-lhe o poeta Drummond que com a mão numa caneta é que vivia suas emoções mais intensas.
-
14. Na construção *Comentando isso com um jovem aluno, entrevi*, as ações expressas pelas formas sublinhadas
- (A) compõem-se como uma simultaneidade.
 - (B) apresentam-se como um efeito seguido de sua causa.
 - (C) manifestam uma ideia de condicionalidade.
 - (D) sugerem decisões alternativas.
 - (E) articulam-se numa relação de finalidade.
-

Noções de Direito Constitucional

15. Considere as seguintes proposições:
- I. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - II. Por representarem manifestação do poder constituinte, as emendas à Constituição não estão sujeitas a limitações materiais, mas apenas a limitações processuais ou formais.
 - III. A Constituição somente poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República ou de qualquer membro do Congresso Nacional.
 - IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- À luz do disposto na Constituição da República, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e IV.
-
16. João, Governador do Estado X, faleceu no primeiro ano do seu mandato, sendo sucedido por José, que havia sido eleito Vice-Governador. Ao fim do mandato em que sucedeu João, José se elegeu Governador do Estado X. Com a proximidade do encerramento desse novo mandato, entendendo que ainda possui muitos projetos para realizar, José almeja se candidatar à reeleição. À luz da Constituição da República, a reeleição pretendida por José
- (A) não é possível, uma vez que José já exerceu por duas vezes consecutivas o mandato de Governador, embora ele possa candidatar-se ao cargo de Vice-Governador na referida eleição, na medida em que ainda não foi reeleito para esse cargo.
 - (B) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador; deverá, contudo, renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) não é possível, uma vez que, já tendo ocupado o cargo em dois mandatos, José está impedido de, ainda que futuramente, voltar a ser Governador do Estado X.
 - (D) é possível, uma vez que no primeiro mandato José foi eleito Vice-Governador, e não Governador, não sendo necessário renunciar ao respectivo mandato para concorrer à reeleição.
 - (E) não é possível, uma vez que, ao suceder João, José passou a exercer seu primeiro mandato como titular do cargo de Governador, de maneira que somente poderia ser reeleito para um único período subsequente, o que já ocorreu.
-

**Noções de Direito Administrativo**

17. A Administração pública possui algumas prerrogativas inerentes às suas funções, que lhe permitem agir, em alguns casos, de modo a sobrepor a vontade dos particulares, em prol do atendimento do interesse público. Nesse sentido, considera-se exemplo dessa prerrogativa o poder de
- (A) revogar licitações, por razões de conveniência e oportunidade e para atendimento do interesse público, sempre que se identificar ilegalidades nos procedimentos.
 - (B) limitar o direito de particulares, discricionariamente, sempre que a situação de fato demonstrar essa necessidade, independentemente de previsão legal.
 - (C) alterar unilateralmente os contratos administrativos, por motivos de interesse público, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (D) editar decretos autônomos para disciplinar matérias em tese, com efeitos gerais e abstratos, diante de lacunas legais.
 - (E) criar pessoas jurídicas como forma de desconcentração das atividades da Administração pública.
-
18. O processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/99, possui algumas características, expressamente previstas, que podem diferenciá-lo dos processos judiciais, a exemplo da
- (A) facultatividade da observância do direito de defesa e do contraditório, que pode ficar para o momento final, após a decisão.
 - (B) possibilidade de se movimentar de ofício, independentemente de manifestação ou requerimento dos interessados.
 - (C) coisa julgada, que demanda concordância das partes para que possa produzir efeitos.
 - (D) instância recursal, que demanda expressa previsão na lei, sob pena de não haver autorização para tanto.
 - (E) impossibilidade de instrução processual com prova testemunhal, restrita ao processo judicial.
-

Legislação Institucional

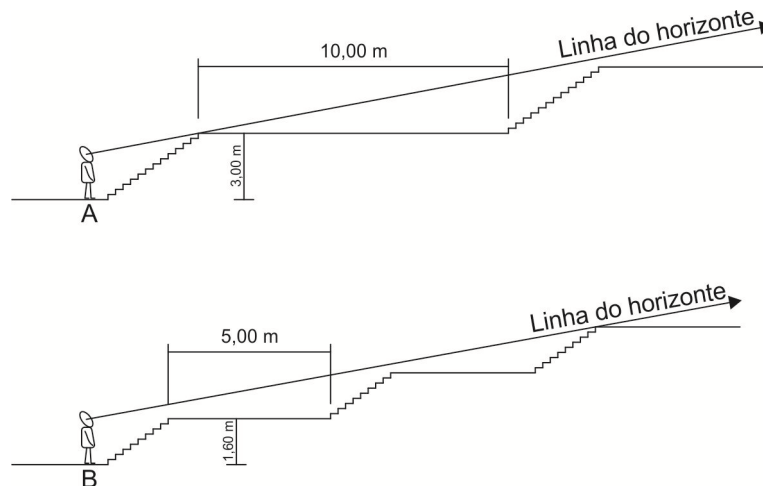
19. De acordo com a Constituição Estadual de Sergipe, o Deputado desse Estado NÃO poderá, dentre outras hipóteses,
- (A) manter contrato com autarquia, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
 - (B) firmar contrato com pessoa jurídica de direito público, inclusive quando o contrato obedecer cláusulas uniformes, desde a posse.
 - (C) exercer função remunerada em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, desde a posse.
 - (D) patrocinar causas em que sejam interessadas empresas públicas, desde a expedição do diploma.
 - (E) ser titular de mais de dois cargos ou mandatos eletivos federal, estadual ou municipal, desde a expedição do diploma.
-
20. Suponha que certo Deputado da Assembleia Legislativa de Sergipe pretenda obter licença para desempenhar missão temporária de caráter cultural. Nesse caso, de acordo com o Regimento Interno da ALESE, o pedido de licença será
- (A) concedido pela Mesa Diretora e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (B) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, considerar-se-á como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (C) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (D) concedido pelo Presidente da Assembleia, na forma regimental e, para efeito de remuneração, não será considerado como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
 - (E) submetido ao Plenário da Assembleia e, para efeito de remuneração, considerar-se-á, como no exercício do mandato o Deputado licenciado.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Conforme estabelece a Lei Estadual nº 8.151/2016, para obtenção, junto aos órgãos municipais competentes, do "habite-se" ou do "aceite-se" da obra, e do "Alvará de Funcionamento" e suas respectivas renovações, os interessados deverão apresentar obrigatoriamente
- (A) o competente Atestado de Regularidade, fornecido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe – CBMSE, podendo, este órgão, celebrar convênios nesse sentido com as prefeituras municipais.
 - (B) três vias do Memorial Descritivo do Projeto Contra Incêndio com todas as folhas enumeradas e assinadas pelo autor do projeto, sendo que a última também deve ser carimbada.
 - (C) três vias das ART e das RRT dos sistemas projetados, respectivos comprovantes de pagamento e todas as pranchas com assinaturas do responsável técnico e do proprietário.
 - (D) duas vias do Atestado de Autorização de Execução da Obra fornecido pela Prefeitura do Município.
 - (E) uma via do Memorial Descritivo do Projeto Contra Incêndio e uma via do Projeto de Arquitetura, ambos com todas as folhas numeradas.
-
22. Segundo o Estatuto da Metrópole, a governança interfederativa deve
- (A) implantar processo permanente e compartilhado de planejamento quanto ao desenvolvimento urbano exclusivamente nas áreas de moradia e mobilidade.
 - (B) respeitar os princípios de compartilhamento de interesse comum, extinguindo-se, assim, a autonomia dos entes da Federação.
 - (C) implantar sistema individualizado de alocação de recursos e prestação de contas.
 - (D) executar de forma independente as funções públicas com alocação de recursos próprios de cada ente da Federação.
 - (E) respeitar os princípios de prevalência do interesse comum, compartilhamento de responsabilidades e autonomia dos entes da Federação.
-
23. Na ausência de normas definindo os diversos usos da tecnologia *Building Information Modeling* – BIM, alguns autores, como Eastman et al. (2011) e Karmeedan (2010), definem as capacidades multidimensionais como uma modelagem nD, assumindo a existência da capacidade infinita de usos que se possa dar a tais modelos de informação da construção. No BIM 5D,
- (A) agregam-se os dados de manutenção e operação que têm como objetivo atender à fase mais longa do ciclo de vida das edificações, estendendo-se por muitos anos.
 - (B) agrega-se o componente tempo ao modelo 3D, possibilitando a visualização do modelo em diferentes estágios da construção.
 - (C) agrega-se a dimensão custo ao modelo tridimensional e cada elemento do projeto passa a ter vinculação a dados financeiros e econômicos.
 - (D) agrega-se a possibilidade de vincular as definições dos elementos gráficos do projeto ao cronograma da obra, impondo parâmetros de duração.
 - (E) agregam-se informações quanto a garantia dos produtos, planos de manutenção e dados de fabricantes e fornecedores.
-
24. Para a identificação dos serviços geotécnicos necessários à elaboração do projeto da edificação, deverá ser elaborada
- (A) planta com a representação do terreno de implantação, contendo a localização das sondagens a serem executadas.
 - (B) peça gráfica com o arranjo físico dos diversos elementos resistentes que constituem a estrutura.
 - (C) planta de implantação com a definição de todo o espaço externo e seu tratamento: caminhos, canteiros e divisórias de canteiros, e outros elementos, sempre com suas dimensões respectivas e elementos para locação.
 - (D) planta geral de todos os pavimentos, cotada, na escala adequada (mínimo 1:100).
 - (E) planta esquemática com a indicação das edificações e seus acessos de pedestres de veículos, devidamente cotados.
-
25. A fiscalização da execução dos serviços de impermeabilização deverá verificar, entre outros aspectos, a
- (A) utilização exclusiva de impermeabilização elástica nas soleiras e rígida nos canteiros, paredes e outros pontos notáveis da obra.
 - (B) utilização exclusiva de impermeabilização elástica, não aprovando a utilização de impermeabilização rígida.
 - (C) proteção de ralos e seus bocais com recobrimento de mantas e pinturas impermeabilizantes.
 - (D) colocação reforçada de mantas nas falhas de concretagem e o recobrimento sobre os bocais nos ralos.
 - (E) recuperação prévia de falhas de concretagem e a colocação de golos ou bocais nos ralos.



26. Considere a figura a seguir:



Quanto às soluções projetuais,

- (A) a percepção visual não varia substancialmente em relação ao comprimento dos patamares, nas soluções A e B.
- (B) um patamar muito longo permite a visão de toda a escadaria, tanto na solução A quanto na B.
- (C) uma pessoa situada aos pés de uma escada tem melhor visibilidade do conjunto da escadaria, no caso da solução projetual A.
- (D) uma pessoa situada aos pés de uma escada tem melhor visibilidade do conjunto da escadaria, no caso da solução projetual B.
- (E) a uma pessoa situada aos pés da escada, as duas soluções permitem igual visibilidade do conjunto.

27. Em relação ao *layout* de bibliotecas, considere:

- I. Em uma biblioteca para adultos, a primeira prateleira poderá ficar distante do chão de 10 a 15 cm; isso facilitará a limpeza e funcionará como garantia contra eventuais vazamentos.
- II. Em uma biblioteca infantil, a altura da primeira prateleira poderá ficar distante do chão entre 20 e 25 cm; isso facilitará a retirada de objetos, tais como lápis e brinquedos.
- III. Mesas grandes permitem maior flexibilidade do que as pequenas.
- IV. A área de leitura deve ser a mais iluminada, enquanto a área correspondente ao acervo pode ser mantida na sombra e, por ocasião do acesso, a iluminação ser acionada automaticamente ou mecanicamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e IV apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28. Em Sergipe, o único bem inscrito na lista do Patrimônio Mundial da Unesco é

- (A) a Praça São Francisco, na cidade de São Cristóvão, conjunto integrado por edifícios públicos e privados que representam o testemunho único do período durante o qual as coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas, entre 1580 e 1640.
- (B) o Conjunto Praça do Comércio e Antiga Alfândega de Aracaju, importante unidade aduaneira instalada em prédio com arquitetura eclética.
- (C) o Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras, que se destaca pelas igrejas, estilo barroco da arquitetura, paisagem e grutas.
- (D) a Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Nossa Senhora do Socorro, que reúne influências jesuíticas portuguesas e organização das casas segundo normas tradicionais espanholas.
- (E) o Conjunto arquitetônico da Casa de Tejupeba e Capela do Colégio, em Itaporanga d'Ajuda, que representa uma das primeiras realizações dos jesuítas na Colônia Portuguesa na América.



29. A deterioração dos edifícios históricos decorre muitas vezes da infiltração de água em seus interiores. A respeito da restauração de peças de telhados danificados de edifícios históricos, considere:
- I. Podem ser utilizadas novas junções entre as peças de madeira com o auxílio de novas ferragens ou de vergalhões.
 - II. Podem ser utilizadas técnicas e materiais tradicionais, empregar a própria matéria-prima ou materiais utilizados na época.
 - III. Podem ser empregadas técnicas e materiais contemporâneos com uso de materiais novos que não eram fabricados ou encontrados na época em que o telhado foi construído.
 - IV. As técnicas tradicionais são as mais criticadas, muitas vezes consideradas como um falso histórico, pois reproduzem uma peça antiga e "original".

Está correto o que se afirma em

- (A) III e IV, apenas.
 - (B) II e IV, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, II e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
-
30. O Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – DOTS é
- (A) um modelo conhecido por utilizar a informatização em prol do desenvolvimento das cidades, repensando o uso de espaços urbanos para tornar a região mais eficiente e sustentável.
 - (B) uma política que estimula o uso do solo para moradias em toda a área periférica das cidades e procura evitar grandes concentrações nas áreas próximas às estações e terminais de transporte público.
 - (C) um padrão de crescimento urbano aprovado pelo poder público local e que promove principalmente o espraiamento das cidades de forma sustentável em áreas exclusivas com maior quantidade de áreas verdes.
 - (D) um modelo de planejamento e desenho urbano voltado ao transporte público, que tem como objetivo construir bairros compactos e de alta densidade, oferecer às pessoas diversidade de usos, serviços e espaços públicos seguros e atrativos, favorecendo a interação social.
 - (E) uma proposta que permite a ocupação urbana apenas em cinturões verdes e a expansão das cidades por meio de um plano bem estruturado ao invés de permitir que se espalhem de modo desordenado.

-
31. Considere as informações abaixo:

- I. A produção mensal será de 3 pavimentos.
- II. Consumo de blocos vazados cerâmicos: tem estimativa de $1,5 \text{ m}^2$ de parede por cada 1 m^2 de área de piso da laje.
- III. Blocos vazados cerâmicos $20 \text{ cm} \times 20 \text{ cm} \times 10 \text{ cm}$.
- IV. Fator de segurança de estoque = 1,5.
- V. Mês com 4 semanas.

Para a produção de alvenaria de vedação vertical com espessura de 10 cm, em uma obra constituída por lajes de 240 m^2 , o número mínimo de blocos disponível no estoque semanal do canteiro deve ser:

- (A) 20.250.
 - (B) 10125.
 - (C) 6.750.
 - (D) 13.500.
 - (E) 27.000.
-
32. O consumo diário de água de um edifício residencial constituído de 10 pavimentos-tipo com 3 apartamentos por pavimento e 5 pessoas por apartamento, considerando que cada pessoa consome 200 litros por dia, é, em m^3
- (A) 30.
 - (B) 30.000.
 - (C) 200.
 - (D) 300.
 - (E) 3.000.

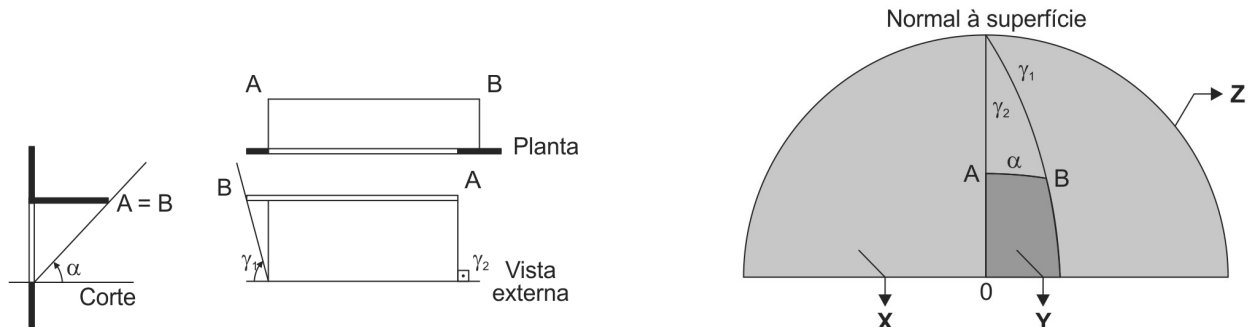


33. O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI é instrumento que
- (A) fixa diretrizes exclusivamente para questões de moradia em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos estados.
 - (B) substitui o Plano Diretor dos Municípios e deverá ser revisado a cada dez anos, fazendo prevalecer o interesse local e gerando um planejamento definido a respeito da autonomia dos municípios.
 - (C) visa a embasar o crescimento dos municípios pertencentes à mesma região metropolitana ou ao mesmo aglomerado urbano e deverá conter diretrizes quanto ao uso e ocupação do solo urbano e às normas para a articulação das políticas intersetoriais.
 - (D) tem como objetivo garantir a articulação interfederativa no ato de planejamento e execução das políticas públicas relacionadas ao Meio Ambiente e à Sustentabilidade do município.
 - (E) visa a embasar uma série de atividades e orientações para incorporar requisitos essenciais estabelecidos pela Política Nacional de Mobilidade (Lei nº 12.587/2012) ao plano do município.
-
34. Considere as patologias de revestimento cerâmicos e as causas descritas abaixo.
- Patologias:**
- a. Destacamento.
 - b. Eflorescência.
 - c. Trincas.
- Causas:**
- I. Percolação da água utilizada na construção ou originária de infiltrações que transportam para a superfície do revestimento os sais solúveis existentes nas placas cerâmicas, os componentes da alvenaria, da argamassa de emboço, da argamassa de fixação ou da argamassa de rejuntamento.
 - II. Falta de um projeto de revestimento bem detalhado, erros nas fases de execução, assentamento realizado sobre base ainda úmida também por imperícia no assentamento.
 - III. Esforços de tração e flexão decorrentes da acomodação da estrutura e também da variação térmica.
 - IV. Lavagem inadequada com material agressivo às juntas de dilatação.
- Associam-se **a, b e c**, respectivamente, a
- (A) IV, I e II.
 - (B) I, II e III.
 - (C) III, II e I.
 - (D) II, I e III.
 - (E) II, IV e I.
-
35. Em relação ao tratamento e à destinação coletiva do esgoto, o Brasil adota o chamado Sistema Separador Absoluto. Nesse sistema, o esgoto doméstico e
- (A) o industrial ficam completamente separados do esgoto pluvial e o custo de implantação é maior do que o do sistema unitário, que consiste na coleta de águas pluviais, dos esgotos domésticos e dos despejos industriais em um único coletor.
 - (B) o industrial ficam completamente separados do esgoto pluvial e o custo de implantação é menor do que o do sistema unitário, que consiste na coleta de águas pluviais, dos esgotos domésticos e dos despejos industriais em um único coletor.
 - (C) os demais (o industrial e pluvial) são coletados e tratados separadamente e o custo de implantação é maior do que o do sistema misto, que é projetado para receber o esgoto sanitário e parcela das águas pluviais.
 - (D) o pluvial ficam completamente separados do esgoto industrial e o custo de implantação é maior do que o do sistema misto, que consiste na coleta de águas pluviais, dos esgotos domésticos e dos despejos industriais em coletores integrados.
 - (E) o pluvial ficam integrados mas o esgoto pluvial é coletado separadamente, e o custo de implantação é maior do que o do sistema unitário, que consiste na coleta de águas pluviais, dos esgotos domésticos e dos despejos industriais em um único coletor.
-
36. De acordo com o Estatuto da Cidade, o instrumento que confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, e o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, são chamados, respectivamente, de
- (A) outorga onerosa e estudo de impacto de vizinhança.
 - (B) direito de superfície e operação urbana consorciada.
 - (C) direito de preempção e outorga onerosa.
 - (D) operação urbana consorciada e direito de preempção.
 - (E) estudo de impacto de vizinhança e direito de superfície.



37. A respeito do processo de licenciamento ambiental estipulado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiental – CONAMA, é correto afirmar:
- (A) O Impacto Ambiental Regional é todo e qualquer impacto que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de dois ou mais municípios de um único Estado.
 - (B) O arquivamento de um processo de licenciamento ambiental dispensa a apresentação de novo requerimento de licença.
 - (C) A Licença Prévia é aquela que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados.
 - (D) Os Estudos Ambientais compreendem todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento.
 - (E) O órgão ambiental competente deverá estabelecer os mesmos prazos de análise para cada uma das três modalidades de licença.
38. Os índices de conforto térmico que se baseiam nas trocas de calor entre o corpo e o ambiente, correlacionando os elementos do conforto com as trocas de calor que dão origem a esses elementos, são chamados de
- (A) fisiológicos.
 - (B) biofísicos.
 - (C) subjetivos.
 - (D) efetivos.
 - (E) condutores.

39. Considere a máscara produzida por uma placa horizontal finita sobre abertura em superfície vertical, conforme figuras abaixo:

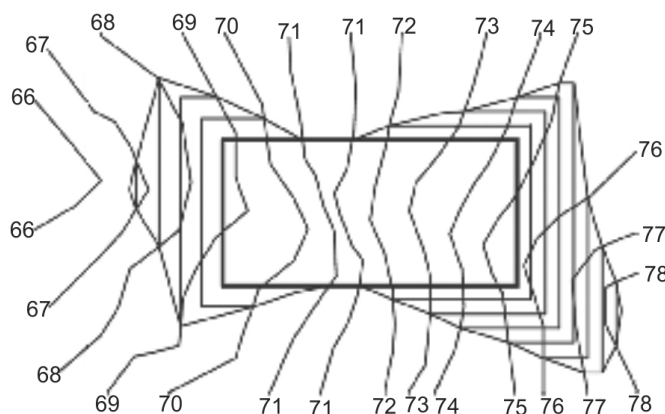


X, Y e Z correspondem, respectivamente, às eficiências

- (A) parcial, total e nula.
 - (B) total, nula e parcial.
 - (C) parcial, nula e total.
 - (D) nula, parcial e total.
 - (E) total, parcial e nula.
40. Quanto ao uso de torres de elevadores na construção civil, a NR18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção estabelece:
- (A) As torres dos elevadores devem ser montadas de maneira que a distância entre a face da cabina e a face da edificação seja de, no máximo, vinte centímetros.
 - (B) É facultativo o uso de elevadores com torre de elevador e/ou cabine de madeira.
 - (C) As torres de elevadores de materiais devem ter suas faces revestidas com tela de arame galvanizado ou material de resistência e durabilidade equivalentes.
 - (D) As rampas de acesso à torre de elevador devem ter inclinação descendente no sentido da torre.
 - (E) Em cada acesso de entrada à torre do elevador deve ser instalada uma barreira que tenha, no mínimo, um metro de altura.
41. A respeito do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) determinado na Norma Regulamentadora relativa à Segurança do Trabalho de nº 9, é responsabilidade do empregador
- (A) informar ao seu superior direto ocorrências que, a seu julgamento, possam implicar riscos à saúde dos trabalhadores.
 - (B) colaborar e participar na implantação e execução do PPRA.
 - (C) seguir as orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PPRA.
 - (D) estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do PPRA.
 - (E) apresentar propostas e receber orientações a fim de assegurar a proteção aos riscos ambientais identificados na execução do PPRA.



42. De acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana,
- (A) a fragmentação operacional dos diferentes modos e das redes de transporte nas cidades é uma das diretrizes da política tarifária do serviço de transporte público coletivo.
 - (B) a acessibilidade é definida como a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano.
 - (C) a equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros é um dos princípios da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
 - (D) é atribuição da União propor política tributária específica e de incentivos para a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
 - (E) a contratação de serviços de transporte público coletivo para regiões metropolitanas e cidades com mais de um milhão de habitantes dispensa licitação.
-
43. A medida do ângulo existente entre a direção do norte magnético e a direção do norte verdadeiro é chamada de
- (A) visada vante de mudança.
 - (B) irradiação de Gauss.
 - (C) declinação magnética.
 - (D) topometria ajustada.
 - (E) triangulação planimétrica.
-
44. No que concerne à manutenção predial, quanto ao tipo da intervenção realizada, a
- (A) conservação é uma atividade preventiva e corretiva.
 - (B) reparação é uma atividade preventiva ou corretiva.
 - (C) restauração é uma atividade apenas preventiva.
 - (D) modernização é uma atividade apenas corretiva.
 - (E) inspeção é uma atividade apenas corretiva.
-
45. Considere o desenho a seguir:



De acordo com a proposta de criação do lote retangular plano horizontal demarcado sobre as curvas de níveis originais do terreno,

- (A) a crista do talude de aterro terá uma variação de 8 metros.
 - (B) o acesso em nível ao terreno será feito na cota 72.
 - (C) será necessário um muro de contenção de dois metros junto à cota 69 do lote.
 - (D) um dos lados do lote se tornará num mirante natural na cota 75.
 - (E) o pé do talude de corte estará todo nivelado.
-
46. A respeito da Assistência Técnica, é correto afirmar:
- (A) Ficam dispensados de apresentação de anotação e/ou registro de responsabilidade técnica os integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos.
 - (B) Os serviços de Assistência Técnica devem priorizar apenas as iniciativas em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social.
 - (C) O nível mínimo de rendimento para direito à assistência técnica é maior para as famílias residentes em zonas urbanas do que para as famílias residentes em zonas rurais.
 - (D) Convênios que venham a ser firmados para prestação de serviços de Assistência Técnica devem prever a busca de inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.
 - (E) A lei de Assistência Técnica é entendida como parte integrante dos direitos sociais à segurança e ao bem-estar previstos na Constituição Federal.



47. Segundo o Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas – CAU/BR, constitui-se como regra que o arquiteto e urbanista deve
- (A) respeitar os valores e a herança natural e cultural da comunidade na qual esteja prestando seus serviços profissionais.
 - (B) contribuir para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das tecnologias referentes à concepção e execução das atividades apropriadas às etapas do ciclo de existência das construções.
 - (C) contribuir para ações de interesse geral no domínio da Arquitetura e Urbanismo, participando na discussão pública de problemas relevantes nesse âmbito.
 - (D) promover e apoiar a crítica intelectual fundamentada da Arquitetura e Urbanismo, como prática necessária ao desenvolvimento da profissão.
 - (E) empenhar-se em participar e contribuir em fóruns culturais, técnicos, artísticos e científicos referentes à atividade profissional.
-
48. A atividade técnica que é uma das atribuições do arquiteto e que consiste na constatação de um fato, mediante exame circunstanciado e descrição minuciosa dos elementos que o constituem, sem a indagação das causas que o motivaram, é chamada de
- (A) vistoria.
 - (B) auditoria.
 - (C) avaliação pós-ocupação.
 - (D) inventário.
 - (E) perícia.
-
49. A respeito dos três instrumentos legais que alicerçam a elaboração do contrato orçamentário, a Constituição estabelece.
- (A) É vedada à Comissão de Orçamento da Câmara a elaboração de proposta orçamentária caso a Lei Orçamentária Anual não seja enviada dentro do prazo para aprovação.
 - (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser enviada à Câmara Municipal para aprovação até o dia 31 de julho de cada ano.
 - (C) A Lei Orçamentária Anual deve ser enviada para apreciação do Legislativo até o dia 31 de dezembro de cada ano.
 - (D) O Plano Plurianual define metas e prioridades para a Administração pública a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) O Plano Plurianual contém o programa de trabalho elaborado pelo prefeito referente ao período de quatro anos a contar do segundo ano de seu mandato.
-
50. Suponha uma obra de adequação e acessibilidade da Assembleia Legislativa de Sergipe, na qual faz-se necessária a construção de rampa para acesso universal. Para se obter o menor comprimento possível, de acordo com a norma brasileira vigente, considerando desnível de 90 cm, o resultado será
- (A) dois segmentos cuja soma dos comprimentos horizontais totaliza 10,8 m, mais patamar intermediário de 1,20 m.
 - (B) dois segmentos cuja soma dos comprimentos horizontais totaliza 7,5 m, mais patamar intermediário de 1,50 m.
 - (C) dois segmentos cuja soma dos comprimentos horizontais totaliza 14,4 m, mais patamar intermediário de 1,10 m.
 - (D) apenas um segmento de comprimento horizontal de 10,8 m.
 - (E) apenas um segmento de comprimento horizontal de 12 m.
-
51. De acordo com a norma brasileira para elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos: **I. conjunto sistematizado de necessidades humanas, socioambientais e funcionais do contratante, objetivando a materialização do projeto; II. conjunto de procedimentos e ações organizadas e integradas que objetivam manter a integridade e perenidade de patrimônio edificado, urbanístico ou paisagístico e III. estudos esquemáticos, desenvolvidos e elaborados por profissional habilitado, do conjunto urbanístico e paisagístico e de implantação de um projeto arquitetônico ou urbanístico, contendo volumetrias básicas e alternativas de implantação** correspondem, respectivamente, às seguintes definições:
- (A) Partido de projeto arquitetônico, conservação e plano de massas.
 - (B) Programa geral de necessidades, preservação e plano de massas.
 - (C) Programa geral de necessidades, conservação e croqui ilustrativo.
 - (D) Partido de projeto arquitetônico, preservação e croqui ilustrativo.
 - (E) Programa geral de necessidades, conservação e estudo prévio.
-
52. Segundo a norma brasileira para elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos, em contratos de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de projeto, as etapas e os prazos previstos devem ser claramente expressos por
- (A) estudo de viabilidade econômico-financeira e cronograma físico-financeiro.
 - (B) projeto executivo arquitetônico e laudo técnico.
 - (C) fluxograma de atividades e cronograma físico-financeiro.
 - (D) fluxograma de atividades e projeto executivo arquitetônico.
 - (E) cronograma físico-financeiro e laudo técnico.

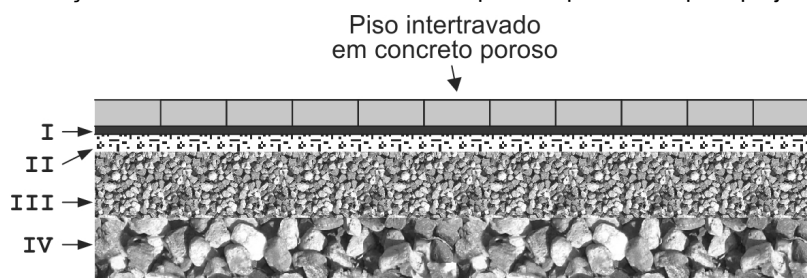


53. Em uma hipotética inspeção à área de vivência do canteiro de obras para a construção de novo edifício anexo à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, canteiro este dimensionado para uma equipe de 30 trabalhadores, verifica-se que:
- I. os chuveiros são metálicos e possuem apenas ducha fria, a pedido dos trabalhadores, devido ao forte calor da região.
 - II. há vestiário independente para homens e mulheres, com pé-direito de 2,60 m, piso impermeável e lavável, localizado adjacente ao refeitório.
 - III. o refeitório possui área de 32 m², bancada para 16 usuários, paredes de alvenaria e pé-direito de 3,00 m.

A área de vivência desse canteiro atende à Norma Brasileira NBR 12.284 no que se refere ao que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) II e III.

54. A figura abaixo representa seção transversal com detalhamento de passeio permeável para projeto de arquitetura paisagística.



I, II, III e IV correspondem, respectivamente, a

- (A) manta geotêxtil, areia, brita graduada simples e brita 3.
- (B) areia, manta geotêxtil, brita 3 e brita graduada simples.
- (C) manta geotêxtil, brita graduada simples, areia e brita 3.
- (D) manta impermeável, areia, brita 3 e brita graduada simples.
- (E) areia, manta impermeável, brita graduada simples e brita 3.

55. No que se refere às Normas relativas a Arquitetura e Urbanismo e Construção Civil, considere:

- I. As cotas de nível podem ser informadas em metros ou centímetros.
- II. Na marcação de coordenadas, deve-se utilizar sempre numeração 1, 2, 3, etc. nos eixos verticais do projeto, e o alfabeto A, B, C nos eixos horizontais.
- III. Quadro geral dos acabamentos e quadro geral de áreas são elementos facultativos em representação de projetos de arquitetura.

Com relação à NBR 6492 – Representação de projetos de arquitetura, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) III.
- (E) II e III.

56. A Administração realizou licitação e adjudicou regularmente o objeto licitado (execução de obras de engenharia). Formalizado o contrato, para fiscalizar sua execução, a Administração

- (A) poderá, se assim entender conveniente e oportuno, exercer a prerrogativa de nomear gestor e fiscal da avença, responsáveis por desempenhar conjuntamente as mesmas funções.
- (B) deverá designar, na data avençada para a entrega da obra pela contratada, fiscal que será responsável por aferir a boa e regular execução do ajuste, permitindo o recebimento definitivo do objeto e o pagamento do preço avençado.
- (C) deverá designar gestor da execução do ajuste, cuja prévia indicação é prerrogativa da contratada, que, inclusive, designará fiscais técnicos para auxiliá-lo no desempenho de suas funções.
- (D) deverá designar, por ato formal, gestor e fiscal da avença e respectivos substitutos, sendo-lhe permitida a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do desempenho do contratado.
- (E) poderá optar entre designar gestor e fiscal do contrato ou atribuir referidas funções ao preposto da contratada que, nesta hipótese, deverá permanecer no local da obra.



57. O fiscal de um contrato administrativo de execução de serviços por escopo constatou, durante a execução da avença, a necessidade de proceder alterações no objeto pactuado, para bem atender o interesse público que justificou a contratação. Nesta hipótese, o referido agente público
- (A) deve comunicar os fatos ao gestor do contrato, apresentando a competente fundamentação técnica para análise de viabilidade das alterações pretendidas.
 - (B) tem competência para determinar verbalmente à contratada que realize as alterações necessárias, em razão da dinâmica do interesse público.
 - (C) deve determinar à contratada as alterações do projeto, anotando-as em registro próprio, que servirá de documento para o departamento financeiro efetivar os pagamentos, após medição dos serviços modificados.
 - (D) deve aguardar o encerramento do contrato e apontar a ocorrência no relatório final, a fim de que os dados sejam utilizados para aprimorar o planejamento de futuras contratações do mesmo objeto.
 - (E) tem competência para promover diretamente as atividades necessárias à alteração da avença, que incluem o acatamento ou a denegação das pretensões da contratada e a formalização do competente aditivo.
-
58. Nas hipóteses em que o objeto contratado comporta recebimento provisório e definitivo, e considerando o princípio da segregação das funções, compete
- (A) à equipe de fiscalização o recebimento provisório, que implica o dever de recebimento definitivo pelo gestor, razão pela qual a fiscalização não deve ser exercida por servidor único.
 - (B) ao gestor do contrato tanto o recebimento provisório como o definitivo, cabendo aos fiscais assisti-lo nessa tarefa, sem, no entanto, realizar ato de qualquer natureza.
 - (C) à fiscalização, que tanto pode ser realizada por equipe quanto por servidor único, o recebimento provisório e a feitura do relatório circunstanciado, cujo destinatário é o gestor do ajuste.
 - (D) ao gestor do contrato o recebimento provisório e à equipe de fiscalização o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.
 - (E) ao gestor do contrato e à fiscalização o recebimento provisório, cabendo ao ordenador de despesa do órgão contratante o recebimento definitivo, que se dá após a apresentação de relatório circunstanciado.
-
59. A Administração contratou empresa especializada na digitação de documentos para modernizar seu setor de liquidação e pagamento de despesas. Para execução do objeto contratado, os empregados da contratada prestavam o serviço em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. O procedimento licitatório da referida contratação foi regido pela Lei nº 10.520, de 2002. Nessa hipótese, ao agente administrativo responsável pela fiscalização do ajuste, no momento da rescisão contratual, cabe
- (A) verificar se a contratada mantém a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, estando autorizado a reter os valores das notas ou faturas na hipótese de constar inadimplência daquela com relação a tributos ou verbas trabalhistas de seus empregados.
 - (B) reter a garantia e eventuais créditos na hipótese de a contratada não apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT relativa a todos os seus empregados, vinculados ou não à execução do ajuste.
 - (C) verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, estando a Administração contratante autorizada a reter eventuais créditos da contratada na hipótese de inadimplemento, até regularização.
 - (D) reter o valor total das notas fiscais ou faturas pendentes, qualquer que seja o montante ou natureza do inadimplemento da contratada, para evitar responsabilização pelos débitos, em especial tributários e previdenciários.
 - (E) efetuar o pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias diretamente aos empregados da contratada, descontando o valor correspondente dos seus créditos, com o objetivo de evitar inadimplemento e responsabilidade solidária.
-
60. Para cooperar com a política de transporte terrestre de um determinado Estado da Federação, a União pretende firmar convênio, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, com o referido ente, que será representado por sua Secretaria dos Transportes. A União repassará o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) destinados à implementação de passarelas para pedestres nas rodovias estaduais não concedidas. Para tanto, nos termos do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, o beneficiário deverá comprovar
- (A) a regularidade quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União, bem como quanto à prestação de contas de recursos federais anteriormente recebidos.
 - (B) a regularidade fiscal, tributária e financeira, em relação aos tributos municipais e estaduais, bem como que possua previsão orçamentária para arcar com a contrapartida estipulada.
 - (C) o pagamento regular dos tributos de competência da União, não interferindo na viabilidade jurídica da formalização do ajuste em questão eventual pendência de regularização na prestação de contas de recursos recebidos anteriormente da União.
 - (D) a regularidade para com a previdência social, FGTS e Tributos dos demais entes da Federação, em especial dos municípios que se situam no território do Estado beneficiário.
 - (E) o cumprimento dos limites constitucionais relativos a gastos com a educação, a saúde, a segurança e os transportes terrestres, este último em razão do objeto específico da parceria.